

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE FREDERICO WESTPHALEN
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CARIMI DE OLIVEIRA SALDANHA

**REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO
1999-2022**

FREDERICO WESTPHALEN

2022

CARIMI DE OLIVEIRA SALDANHA

**REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO
1999-2022**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS, Unidade de Frederico Westphalen.

Orientadora: Prof. Karine Daiane Zingler

FREDERICO WESTPHALEN

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S162r Saldanha, Carimi de Oliveira.

Regime de Metas de Inflação no Brasil: uma análise do período 1999-2022. / Carimi de Oliveira Saldanha. – Frederico Westphalen, 2022.

54 f.

Orientadora: Profa. Dra. Karine Daiane Zingler.

Trabalho de conclusão (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Bacharelado em Administração Pública, Unidade em Frederico Westphalen, 2022.

1. Regime de Metas de Inflação. 2. Economia. 3. Brasil. 4. Políticas Econômicas. I. Zingler, Karine Daiane. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Valéria Lucas Frantz CRB10/1710

CARIMI DE OLIVEIRA SALDANHA

**REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO
1999-2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS, Unidade de Frederico Westphalen.

Orientadora: Prof.^a Karine Daiane Zingler

Aprovada em: 30 / 11 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof.^a Dra. Karine Daiane Zingler
Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS

Professor: Prof.^a Dra. Analisa Tiburski Sommer
Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS

Professor: Prof.^o Dr.^o Tales Rabelo Freitas

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu agradeço a Deus por sempre me proporcionar saúde e resiliência para que eu possa continuar lutando por meus objetivos.

Dedico esse trabalho a minha mãe, que já se foi, mas tenho plena convicção que é a minha maior força e inspiração.

Agradeço ao meu companheiro Willian, por sempre me incentivar e compreender a minha ausência, enquanto eu me dedicava a este trabalho, além de outros afazeres na busca dos meus objetivos.

A todos os professores da Unidade, em especial a minha professora orientadora Prof.^a Karine Daiane Zingler, pela dedicação e compreensão, que nunca mediu esforços em me auxiliar e contribuir para que tudo ocorresse da melhor maneira. Agradeço também a minha banca.

À todas as pessoas que convivi ao longo do curso, colegas e amigos pelos momentos compartilhados, nem todos eles positivos, mas que certamente contribuíram para o nosso desenvolvimento pessoal.

Por fim, agradeço a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, por me proporcionar ter uma graduação 100% gratuita, possibilitando algo que parecia tão distante da realidade. A todos os professores de todas as unidades, a unidade de Porto Alegre a qual cursei inúmeras disciplinas no período de pandemia, todos foram extremamente importantes e essenciais para a minha formação.

RESUMO

Este estudo formula uma pesquisa com levantamento de dados e informações detalhadas sobre a economia no Brasil, mais precisamente à respeito do Regime de Metas de Inflação no Brasil, além de analisar as diversas e distintas ocorrências do fenômeno da inflação, os mecanismos utilizados para o seu combate e a busca pela estabilização econômica ao longo desse período. A partir disso, buscou-se informações resumidas, de um período anterior, para que assim se possa entender um pouco sobre os indicadores de inflação e as políticas econômicas adotadas anteriores ao Regime de metas de Inflação. Como ferramenta de pesquisa foi realizado busca e coletas de dados periódicos e leituras científicas, com base em artigos de pesquisa e relatórios de dados primários e secundários. A metodologia de pesquisa é qualitativa e quantitativa, de forma a ter sido realizado um estudo de caso. Diante da pesquisa realizada, compreende-se a importância do estudo das políticas econômicas, bem como, o regime de Metas de inflação e seus benefícios, responsável por refletir grandes impactos na economia. Observa-se na pesquisa realizada os principais resultados obtidos, como a grande importância que o Regime de metas de inflação traz a movimentação econômica do país, bem como ressalvas de uma previsibilidade dos resultados positivos ou negativos da economia. Mesmo não tendo êxito em todos os fechamentos anuais, o mesmo nos traz uma análise futura de todo o contexto econômico.

Palavras – Chave: Regime de Metas de Inflação. Economia. Brasil. Políticas Econômicas.

ABSTRACT

This study formulates a research with data collection and detailed information about the economy in Brazil, more precisely regarding the Inflation Targets Regime in Brazil, in addition to analyzing the different and different occurrences of the phenomenon of inflation, the mechanisms used for its combat and the search for economic stabilization during this period. From this, summarized information from a previous period was sought, so that we can understand a little about inflation indicators and economic policies adopted prior to the Inflation Targeting Regime. As a research tool, a search and collection of periodical data and scientific readings was carried out, based on research articles and reports of primary and secondary data. The research methodology is qualitative, in order to have carried out a case study. In view of the research carried out, it is understood the importance of studying economic policies, as well as the Inflation Targets regime and its benefits, responsible for reflecting major impacts on the economy. It is observed in the research carried out the main results obtained, such as the great importance that the inflation targeting regime brings to the economic movement of the country, as well as reservations of a predictability of positive or negative results of the economy. Even though it was not successful in all annual closings, it brings us a future analysis of the entire economic context.

Keywords: inflation targeting regime. Economy. Brazil. Economic policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A inflação nos planos econômicos anteriores ao plano real.....	27
Figura 2- Histórico de Inflação	27
Figura 3- Metas para a Inflação.....	30
Figura 4- IPCA Variação mensal durante o Plano Real.....	36
Figura 5- Período de Coleta de Preços IGP-M.....	39
Figura 6- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.....	45
Figura 7- Inflação do IPCA.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- IPCA nos anos de 1985-1986	22
Quadro 2- Índices Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	37
Quadro 3- Índices de Inflação	39
Quadro 4- Cumprimento da Meta inflacionária desde 1999	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC- BANCO CENTRAL

BCB- BANCO CENTRAL DO BRASIL

BACEN- BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN- CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

FGV- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FND- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IBRE- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

IF- INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

IGP M- ÍNDICE GERAL DE PREÇO- MERCADO

INCC- ÍNDICE NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL

INPC- ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

IPA- ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO OU ATACADO

IPC- ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

IPCA - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO

SNIPC- SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

TQM- TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA

UERGS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

URV- UNIDADE REAL DO VALOR

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	CONCEITO E INDICADORES DE INFLAÇÃO.....	14
2.3	EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO.....	19
	2.3.1 Plano Cruzado.....	20
	2.3.2 Plano Bresser.....	23
	2.3.4 Plano Collor.....	25
	2.3.5 Plano Real.....	26
2.4	O REGIME DE METAS DA INFLAÇÃO.....	28
3	METODOLOGIA.....	31
3.1	QUANTO AOS OBJETIVOS.....	31
3.2	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	32
3.3	QUANTO À COLETA DOS DADOS.....	32
3.4	QUANTO À ANÁLISE DE DADOS.....	33
3.5	MÉTODO DE TRABALHO.....	33
4	ANÁLISE DE DADOS.....	35
4.1	ANÁLISE DOS DADOS QUANTO AOS OBJETIVOS.....	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema, o Regime de Metas de Inflação no Brasil, uma análise dos anos de 1999 a 2022. Sendo então, uma breve comparação entre os anos em que se manteve estável e os anos em que esteve fora do limite estipulado, além de um breve resumo dos demais anos. O Regime foi implantado no Brasil, como objetivo principal de manter os índices de inflação dentro de um determinado valor, para que ao contrário, não venha a acarretar em uma hiperinflação ou deflação, das quais nenhuma, é boa para a economia do país, sendo assim, o Banco central, deve ter total controle sobre a inflação no Brasil.

O Conselho Monetário Nacional define a meta e o Banco Central adota as medidas necessárias para alcançá-las. Desde a implantação desse sistema, a política monetária brasileira, então, passou a focar no combate à inflação, que passou a ser de importante representação uma instituição transparente e com credibilidade diante dos agentes econômicos e entre outros fatores específicos.

O Brasil adotou formalmente o regime de metas para a inflação como diretriz de política monetária, no Decreto nº 3.088 pelo Presidente da República, em 21 de junho de 1999. Em 30 de junho de 1999, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 2.615, tratando da definição do índice de preços de referência e das metas para a inflação para 1999 e para os dois anos subsequentes. O regime de metas de inflação, serve como um meio de institucionalizar a intenção de estabilidade de preços e dar maior transparência e credibilidade monetária à população, além disso, combater problemas ligados à inflação excessiva mantendo os preços e valorização da moeda.

A inflação quer dizer a diminuição do valor do dinheiro, ou seja, o aumento do nível geral de preços. Quando ela é positiva, quer dizer que o poder de compra da moeda está diminuindo, que cada real em sua mão compra cada vez menos. Quando os preços médios de sua cesta de produtos estão subindo dizemos que está ocorrendo inflação e quando estão caindo dizemos que está ocorrendo uma deflação. (CARLOS; MENDES, 2015, P. 96)

Portanto, o regime de metas de inflação vai além do que somente o anúncio informativo de números é a transparência com a sociedade e uma minuciosa prestação de contas e quando a inflação não se manter dentro da meta, ainda é emitida a carta aberta ao Senhor Ministro da Economia, informando detalhadamente as razões do descumprimento de

intervalo de tolerância da meta inflacionária. Carta esta, que também encontra-se disponível no Site do BACEN.

De acordo com José Kabori, as metas de inflação são as referências para a política monetária uma ferramenta utilizada para controlar a liquidez na economia, ou seja, a quantidade de dinheiro disponível no mercado. Quando a economia está consumindo mais do que produzindo há um consumo que não corresponde a oferta de produtos na mesma proporção, e assim, os preços começam a aumentar gerando a inflação. (KOBORI, 2019)

Com esse estudo, pode-se compreender melhor a inflação no Brasil, pode-se discutir sobre o assunto com mais clareza e argumentos mais qualificados, assegurando então que a meta de inflação funciona como um meio de advertir a inflação, mantendo a economia sob controle.

Buscou-se informações sobre o regime de metas da inflação do período de 1999-2022, destacando sua história bem como, características, vantagens e desvantagens, tendo em vista sua eficácia, buscando analisar as medidas de prevenção e combate, adotadas pela autoridade monetária na condução da estabilidade de preços. No referido estudo é apresentada uma análise sobre o regime, como um todo, desde o ano de sua implementação no Brasil, para tal, sua importância para a economia do país e mudanças obtidas desde então, além dos componentes que mais influenciaram nos momentos de alta ou baixa.

Buscou-se apresentar ainda, uma análise mais apurada nos anos em que a inflação não se manteve dentro da meta estipulada, bem como os reflexos desse desequilíbrio. Utilizando como meio de informações e dados a carta aberta analisando os momentos em que a meta não foi cumprida, analisando os motivos e realizando essa leitura, além das ações que poderiam ter sido realizadas para evitar tal situação.

Considera-se que o exposto venha proporcionar um melhor entendimento a respeito do Regime de Metas que foi instituído para o controle da inflação e com isso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Quais são os benefícios, do Regime de Metas de inflação no Brasil e quais as ações tomadas pelas autoridades monetárias quando o IPCA não se manteve dentro da meta estipulada?

Para isso, busca-se delimitar quanto o objetivo geral desta pesquisa: “Analisar: qual a importância do Regime de metas, para a economia do Brasil se manter estável?”.

De forma específica, pretende-se:

- Analisar o principal indicador de inflação- IPCA dentro do período de 1999-2022 e o seu comportamento em relação à meta de cada ano.
- Verificar quais foram as políticas econômicas de controle e combate à inflação, utilizadas no período do regime de metas.
- Identificar os principais fatores que contribuíram para o aumento de preços no período onde a inflação não se manteve dentro do limite de tolerância.

Justifica-se que este estudo é de fundamental importância para o conhecimento do Regime de metas no Brasil de forma mais clara. Nota-se a necessidade de realizar uma análise minuciosa sobre o regime de metas de inflação no Brasil, seus determinantes e as políticas econômicas adotadas no processo. De modo que fique de fácil discernimento ao leitor com textos breves e vocabulário flexível, para que não se torne cansativo e de difícil compreensão pois a inflação é um assunto que diz respeito a toda a sociedade, porém poucos são capazes de compreender o contexto todo desde o princípio e para que serve o regime de metas e seu principal objetivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realizar uma pesquisa mais qualificada, é preciso ter informações mais concretas sobre o assunto, uma busca mais cirúrgica desde o processo inicial da inflação, para tal, é necessário compreender sobre os conceitos de inflação e as políticas públicas desenvolvidas para conter a mesma.

2.1 CONCEITO E INDICADORES DE INFLAÇÃO

A inflação como conceito principal, é o aumento exacerbado dos preços, quando se perde o poder de compra da moeda. Esse efeito de desvalorização provocado pela inflação é apenas um fator que pode mudar o valor do dinheiro ao longo do tempo. Podemos definir a inflação de tal forma: o quanto sobe o preço dos produtos com o passar dos anos, como um exemplo básico do ano de 1994 quando o salário mínimo era de R\$64,79 e então pergunta-se o que uma família fazia com um valor de R\$64,79? Acredite, fazia muito e se pensar o que se faz hoje com esse valor não é nem o valor possível para compra de uma cesta básica. Isso significa que hoje o dinheiro vale menos do que valia em 1994.

Significa, quando os preços sobem de preço por um período mais longo, ou aumento de preço em um produto essencial e indispensável para a população, como por exemplo a gasolina, que é extremamente complicado, ser substituída e pesa sobre o transporte dos produtos. Outro exemplo é o aumento dos preços dos veículos, que dentro de um ano teve um aumento significativo.

O crescimento da inflação impacta diretamente a vida das pessoas porque corrói o poder de compra, uma vez que desvaloriza a moeda e causa empobrecimento e isso tudo reduz o consumo e afeta as empresas que passam a vender e faturar menos deixando de contratar ou ampliar suas fábricas, cancelando ou postergando investimentos e a atividade econômica de forma geral. Alguns fatores econômicos também podem influenciar os índices de inflação, como por exemplo a oferta e a demanda, quando há um aumento na procura de um determinado produtos a tendência é que esse produto suba o preço, pois a procura é maior que a sua oferta, como aconteceu na pandemia com a significativa procura pelo álcool em gel. Quando esse aumento acontece de forma gradual na economia com diversos produtos, aí temos a inflação generalizada.

A inflação tem um impacto direto na vida do consumidor, desde a alimentação básica até os preços dos imóveis e é por isso, que existem vários índices que medem a inflação. O

IBGE é o responsável pelos dois mais importantes índices de preços, que são o IPCA, considerado o oficial pelo governo federal, e o INPC. O propósito de ambos é o mesmo que é medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços que é consumido pela população, o resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro. (IBGE, 2022).

Para medir de forma eficiente essa desvalorização, usa-se os indicadores de inflação, os indicadores medem e indicam a inflação no Brasil. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é o índice oficial da inflação no Brasil, este é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o mesmo serve como parâmetro para o CMN (Conselho Monetário Nacional), definir a meta de inflação. O IPCA é calculado através do consumo das famílias que ganham de 1 a 40 salários mínimos, gastos como: Alimentação, transporte, habitação, saúde e gastos pessoais, em resumo o IBGE faz uma pesquisa mês a mês sobre o preço de cada gasto desses para conseguir chegar a uma média ponderada de aumento. (SOMMA INVESTIMENTOS, 2021).

Segundo informações do IBGE:

“...faz um levantamento mensal, em 13 áreas urbanas do País, de, aproximadamente, 430 mil preços em 30 mil locais. Todos esses preços são comparados com os preços do mês anterior, resultando num único valor que reflete a variação geral de preços ao consumidor no período. Sua cesta de compras, ou seja, os produtos e serviços que você consome regularmente, pode ser bem diferente da cesta média da população brasileira. Com isso, o seu índice pessoal de inflação pode ser maior ou menor do que o IPCA.

O IPCA é o índice de inflação que mais será citado no presente estudo, pois como já visto, este é o índice oficial da inflação no Brasil.

Segundo o Banco Central:

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com coleta, em geral, do dia 1 a 30 do mês de referência. O IPCA é o índice de referência do sistema de metas para a inflação e mede o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos, em 13 áreas geográficas: regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande. (BANCO CENTRAL, 2022)

Com relação ao proposto, à persistência de uma taxa de inflação desconfortável no Brasil está relacionado ao peso dos preços administrados no cálculo do IPCA, que tem sido de cerca de 30%. Esses preços em geral têm crescido mais do que os preços livres, pressionando o IPCA para cima, além disso os preços administrados que são definidos como insensíveis à demanda e que são de alguma forma regulados pelo governo ou agências públicas, incluindo, neste grupo, produtos como petróleo e derivados, tarifas telefônicas, tarifa

de eletricidade e transporte público, assim a política monetária não será efetiva. (SICSÚ, 2012)

Ainda no livro *Economia Monetária*, João Sicsú fala sobre a teoria quantitativa:

Pela teoria quantitativa, o único motivo para uma economia experimentar inflação ou deflação resulta de desvios na oferta de moeda de seu nível de equilíbrio de longo prazo. Daí por que se pode interpretar a TQM como uma teoria da inflação, em que a taxa de crescimento de preços é determinada pela expansão dos meios de pagamento acima do crescimento do produto real. Assim, a taxa de inflação pode ser obtida pela diferença entre a taxa de expansão monetária e a taxa de crescimento do produto real. (JOÃO SICSÚ, 2012, p. 34)

João Sicsú, ainda sobre a Teoria quantitativa da Moeda, a proposição básica ocorre quando há uma mudança na quantidade da moeda e isso acarreta a uma mudança proporcional no nível de preços, como por exemplo, a oferta de moeda aumenta 10% e o nível de preços aumenta também em 10%, são independentes da oferta de moeda no longo prazo e permanecerão constantes. O aumento dos depósitos produz uma crescente evolução nos preços, a inflação resulta no fato dos bancos não aumentarem a taxa de juros de mercado tanto quanto é necessário para manter estável a demanda da economia, e por esse motivo, a inflação persistirá enquanto se mantiver o diferencial de taxa de juros. (SICSÚ, 2012)

Segundo Wicksell, seria indispensável uma fluidez para o sistema bancário, uma forma de o BC, expandir terminantemente a oferta da moeda, com isso, haveria um aumento no nível de reservas dos bancos, e assim seria necessário, aumentar as ofertas de empréstimos e de depósitos bancários, porém isso só ocorreria com uma consequente baixa na taxa de juros cobradas sobre os empréstimos e, assim provocando uma variação cumulativa no volume de moeda bancária e nos preços. Isto porque a taxa de juros estando menor a contratação de empréstimos fica mais agradável e facilita a adesão gerando um excesso de demanda no mercado de bens, e resultaria em um aumento de preços dos produtos. (Wicksell, *Apud* João Sicsú, 2012).

De forma que a taxa de juros não é fixa, essa é uma das principais formas de manter um controle econômico, já que a mesma pode ser ajustada na maneira que o volume de capital aumente, além de ser um instrumento para combater a inflação, possibilita a atração em investidores externos para investir no país, o que pode favorecer a taxa de cambio e ajudar no controle da inflação.

2.2 POLÍTICAS ECONÔMICAS

Políticas econômicas, são uma série de ações planejadas pelo governo, medidas tomadas envolvendo o Legislativo e executivo para atingir determinada meta econômica, ou seja, a forma pela qual o governo direciona a economia brasileira. As medidas são tomadas por agentes do governo, do Banco Central e Instituições Financeiras, no Brasil as duas principais figuras que determinam as políticas econômicas são o presidente do Banco Central e o ministro da economia.

A estabilidade econômica brasileira foi atingida com o Plano Real, essa estabilidade advém da credibilidade das políticas econômicas e amparada por metas a serem seguidas pelas autoridades responsáveis pela economia do país. Com o BC tomando as ações com base nos objetivos de regime de metas, os agentes econômicos são capazes de se planejar com um alto grau de confiabilidade, essas políticas e a autonomia do BC em cumpri-las são de extrema importância na condução de negócios empresariais do Brasil. (KOBORI, 2019).

Pode-se resumir os objetivos da política econômica em quatro, que são: crescimento da produção e do emprego; controle da inflação; equilíbrio nas contas externas; e melhor distribuição da renda gerada no país. (CARLOS; MENDES, 2015).

Mendes ainda afirma que:

Percebe-se, portanto, que os operadores da política econômica estão concentrados em apresentar melhorias na saúde da economia. Os instrumentos utilizados para avaliar e acompanhar o estado de saúde do sistema econômico são as taxas de crescimento do produto, as taxas de desemprego e a sua extensão, bem como a evolução dos indicadores que medem o nível de preço. (2015, p. 91)

Segundo Lopez (2005, p. 253), “por mais acentuada que possa ser a tendência monetária da política econômica, esta interage com políticas que em geral estão sobre o controle de outros organismos governamentais.” Entre as outras políticas econômicas governamentais destacam-se a Política Fiscal, a Política de Rendas, a ainda a Política Cambial. A política econômica do país se subdivide, e as 3 principais são: Política Fiscal, Política Cambial e Política Monetária. Podemos falar um pouco sobre cada uma delas, começando com a Política Fiscal que tem como principal objetivo o controle sobre as contas públicas, impedindo o alto endividamento do país.

[...] a ação do governo via política fiscal possui três funções básicas. Não pela ordem de importância, a primeira é a função alocativa, que significa a capacidade do governo em oferecer bens públicos. A segunda é a função distributiva, pela qual o governo procura interferir no ajuste da distribuição de renda na economia. E por fim, a terceira é a função estabilizadora, que tem como objetivo, através do uso da política econômica, estabilizar o nível de preços, o nível de emprego e obter taxas de crescimento econômico satisfatórias para o processo de

desenvolvimento do país. (GIAMBIAGI e AMÉM, 2008, *apud* CARLOS MAGNO MENDES, 2015)

São utilizadas pelos governos, um conjunto de estratégias que são denominadas como política econômica, que servem para conduzir a economia do país. As políticas econômicas são uma série de decisões coerentes, que são tomadas por iniciativas do poder público, pretendendo alcançar certos propósitos em relação à situação econômica de um conjunto nacional em um quadro de maior ou menor prazo, utilizando-se de diversos instrumentos. (Gonçalvez, 2021, *apud* Mossé 1978).

A implementação do Regime de Metas de Inflação demanda a inexistência de um Regime Fiscal dominante. O receio por parte dos agentes privados em relação à política fiscal afeta as expectativas de inflação, o que culmina na necessidade de ajustes na política monetária, que por sua vez afeta negativamente a parte fiscal. Existe, portanto, a exigência de se gerenciar as políticas fiscal e monetária de forma que estas se complementam (FRAGA, 2003, *apud* FERNANDO AGUIAR, 2015).

A política Cambial está atrelada às taxas de câmbio, no Brasil a taxa de câmbio é flutuante, o que quer dizer que ela varia de acordo com vários fatores. Para tentar fazer o controle dessa disparidade, o BC é o responsável pela compra e venda das moedas estrangeiras. Em março de 1995, as autoridades monetárias passaram “a realizar uma correção prefixada da taxa cambial e a taxa de câmbio foi minuciosamente administrada pelas autoridades monetárias. Os desequilíbrios na taxa de câmbio são avaliados a partir das crises cambiais anteriores em países que, em geral, utilizam regimes de taxas fixas ou administradas.¹

A Política Monetária é a responsável pelo controle de circulação de moeda no país, ou seja, controle de liquidez do mercado. Quando a inflação está alta, diminui a quantidade de moeda que circula e em caso de deflação aumenta-se a quantidade de moeda em circulação, pois quanto mais moeda em circulação mais a população irá consumir, diminuindo assim, a deflação.

A política monetária é de fundamental importância para o controle do desempenho econômico de uma nação. É por meio desta que se identifica uma quantidade ótima de moeda que deve circular na economia a fim de se atingir um objetivo pré-determinado. (FREITAS, 2009, *apud* FERNANDO AGUIAR, 2015, P. 8).

¹ O fato concreto é que o Brasil tem tido um sucesso inquestionável com o regime de câmbio. O que os oponentes da flutuação muitas vezes esquecem é que a taxa de câmbio real efetiva flutua independentemente do regime cambial. (BACEN, 2022)

Com a constante sequência inflacionária, no Brasil os anos 80 foram marcados pela queda da taxa de crescimento da economia brasileira e alto crescimento da taxa de inflação e isso se estendeu por grande metade dos anos 90. A inflação penaliza as camadas mais pobres da sociedade, promovendo concentração de renda e por esse motivo a estabilidade de preços é o principal objetivo da política Monetária. (BACEN, 2016). Com isso, observa-se a importância de cada um dos índices para o controle da inflação no Brasil, cada um com sua finalidade e juntamente com o mesmo objetivo, de controlar os altos níveis de inflação e deflação.

A adoção de um regime de metas de inflação tem como característica o reconhecimento de que o objetivo da política monetária é a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável, ou seja, está implícito o compromisso institucional da busca de estabilidade como o principal objetivo da política monetária. (SICSÚ, 2012)

2.3 EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO

Como já citado anteriormente, a inflação é quando a moeda perde seu poder de compra sabendo disso, busca-se um histórico da inflação no Brasil para que possamos entender sobre sua trajetória, buscou-se uma análise mais anterior ao plano real e também ao regime de metas de inflação que é onde queremos chegar mais à frente.

Uma vez que a inflação representa uma elevação dos preços monetários, ela significa que o valor real da moeda é depreciado pelo processo inflacionário. Assim por definição, a inflação é um fenômeno monetário. Entretanto, como veremos adiante, isso não quer dizer que a sua solução passe simplesmente por um controle do estoque de moeda (NHANTUMBO, 2021 *Apud* VASCOLLES 2003, p. 336).

Diante disso, busca-se dados históricos da inflação no Brasil e o que foi feito diante de situações de extrema inflação ou então em casos de deflação. Em 2021 o Brasil enfrentou uma inflação muito além da meta definida pelo CMN, O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou alta de 0,73% em dezembro, acumulando um aumento de 10,06%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa é a maior taxa acumulada no ano desde 2015, quando o IPCA foi de 10,67%. (ESTADÃO, 2022).

E com isso pergunta-se o que o Brasil enfrentou nesse período, o que é feito diante desse cenário e qual a atitude dos governos anteriores em situações como essas? Temos algumas respostas bem condizentes no site do Estadão, com uma retrospectiva desde os anos 1960.

Nos anos de 1960, a inflação chegou a 92% no ano de 1964 a maior da década de 60, um dos principais motivos foram os gastos excessivos do governo militar devido à crise

mundial do petróleo e ditadura e a solução adotada foi o plano de metas e ação econômica do governo com reformas institucionais e política de taxas inflacionárias, onde chegou no final de 1969 com 19% da inflação. (ESTADÃO, 2022).

Nos anos de 1970 a inflação chegou a 46% no ano de 1976. Logo após o “milagre econômico” vivido no Brasil entre os anos de 1968 e 1973 que foi o grande crescimento econômico do país e com grande aceleração do crescimento do PIB, governo do presidente Emílio Médici (1969-1974), que o milagre econômico chegou ao topo. Contudo ocorreu uma desvalorização de mão de obra e endividamento público, levando ao arrocho salarial e a alta dos preços. Para uma possível solução desse momento caótico surgiu a ideia de um programa de investimentos para substituição de importação de aço e produtos petroquímicos. (GIAMBIAGI, [Et al.], São Paulo. 2011).

Chegando nos anos de 1980 a inflação chegou a 1.900% no ano de 1989, com um forte desequilíbrio da balança comercial, a dívida externa triplicou, e a dívida interna piorou 400 vezes mais. Um dos planos adotados para solucionar o problema foi o plano cruzado, com o intuito de interceptar os preços, além do plano Bresser, plano desenvolvido pelo ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira em 12 de junho de 1987 com o objetivo de deter as aceleração da inflação com políticas monetárias e fiscais. Ainda teve o plano verão, que foi a terceira tentativa durante o governo de José Sarney (1985-1990), com objetivo de uma contração da demanda e desindexação com uma nova unidade de valor, esse plano foi implantado em 14 de janeiro de 1989 pelo então ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega. (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2022).

Com isso, busca-se entender a história de cada uma das políticas adotadas no decorrer dos anos e em cada governo que assumia o comando. Cada governo agiu de uma forma diferente, mas todos em busca do mesmo objetivo que era conter a inflação. Com isso, aborda-se um breve resumo sobre cada um dos planos adotados para conter a inflação.

2.3.1 Plano Cruzado

Tendo em vista a desestabilização econômica em 1986 o governo lançou um conjunto de medidas com o intuito de controlar a inflação no Brasil, o qual foi denominado de Plano Cruzado, Plano de estabilização econômica anunciado em 28 de fevereiro de 1986, no governo do presidente José Sarney (1985-1990). (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2022).

Em dezembro de 1985 o IPCA foi de 15,07% (Quadro 01 logo abaixo), o maior do ano. Já em janeiro e fevereiro de 1986 caiu para 14,37% e para 12,72%, conforme podemos

observar (Quadro 02). Com a elevação dos preços dos produtos no atacado previa-se um futuro muito próximo de inflação, quando os aumentos dos preços do atacado fossem repassados para o consumidor do varejo, fazendo com que a inflação apurada pelo IPCA voltasse a crescer. (MOREIRA, 2008).

O Plano Cruzado consistia em uma reforma monetária com o propósito de ter uma nova moeda que não tivesse relação com a inflação passada e que não trouxesse a memória inflacionária do passado e tabelamento de preços onde os preços em geral foram tabelados por tempo indeterminado para com o consumidor final, correção dos salários tendo por base o poder de compra médio dos últimos seis meses e portanto, de setembro de 1985 a fevereiro de 1986 além da política cambial e a conversão de alugueis.

Devido às alterações e medidas adotadas, a inflação despencou e se manteve em níveis baixos nos meses seguintes. Para o mês de março de 1986, o governo informou que, segundo o índice oficial, a inflação foi de - 0,1%, portando uma deflação. Para os meses de abril e maio deste ano, o índice foi de apenas 0,78% e 1,40%. Números bem diferentes dos 12,2%, valor da inflação oficial medida pelo IPCA do mês de fevereiro de 1986, como mostra o quadro 01). (MOREIRA, 2008).

Com a queda expressiva da inflação, o poder de compra das pessoas aumenta, além da alteração de salários que permitiu um aumento significativo para os trabalhadores, e com isso a caderneta de poupança passou a render menos, o que fez com que as pessoas retirassem suas aplicações e consumissem mais. O crescimento significativo de consumo, estimulou a produção, que gerou novos empregos e impulsionou ainda mais a atividade econômica.

Em meados de 1986 a equipe econômica responsável pelo Plano Cruzado já começava a se curvar diante da evidência empírica e reconhecia que havia um excesso de demanda generalizada na economia. Nestas circunstâncias, os remédios clássicos consistem na adoção de políticas monetária e fiscal contracionistas. A partir de maio de 1986, o Banco Central do Brasil começou a aumentar a taxa de juros básica da economia, a taxa over-night, mas este aumento foi tímido em relação ao que era necessário fazer naquele momento. (FGV, Fernando de Holanda Barbosa, 2022).

Logo em seguida, já foi anunciado um novo plano de metas que instituiu um empréstimo compulsório, com validade até 31 de dezembro de 1989, e incidia sobre o consumo de gasolina e álcool, e sobre a compra de automóveis e utilitários, cujo pagamento seria feito em cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), o que também não trouxe resultados a economia. Logo Após as eleições em novembro de 1986, foi divulgado o Plano Cruzado II, o Ministério da Fazenda classificou as medidas adotadas neste plano, em seis

categorias: a) medidas de estímulo à poupança; b) medidas fiscais com correção de preços; c) outras medidas fiscais; d) medidas de estímulo à exportação; e) medidas de desindexação; e f) medidas de redução da participação do Estado na economia. (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2022).

O fracasso do Plano Cruzado deve-se única e exclusivamente ao fato de que ele não atacou a causa básica da inflação no Brasil, o financiamento do déficit público através de emissão de moeda pelo Banco Central, mas tão-somente procurou estancar a inflação congelando os preços. Confundiu-se inércia inflacionária com inflação inercial. Apesar da causa básica da inflação no caso brasileiro ser o financiamento do déficit público através de emissão de moeda, a propagação da inflação não é instantânea em virtude de rigidez no sistema de preços. (FGV, Fernando de Holanda Barbosa, 2022)

De acordo com GIAMBIAGI, Fábio. [*Et al*] em 1984, a economia atingiu um crescimento de 5,4% do PIB e, em 1985, cresceu 7,8%. E, ainda que o índice de utilização de capacidade estivesse abaixo da média do período 1970-80 (86%), ele tinha recuperado seu patamar médio vigente em 1981.

Quadro 1- IPCA nos anos de 1985-1986

Mês-ano	IGP-DI	IPCA
Janeiro-85	12,64	11,76
Fevereiro-85	10,16	10,87
Março-85	12,71	10,16
Abril-85	7,22	8,20
Mai-85	7,78	7,20
Junho-85	7,84	8,49
Julho-85	8,92	10,31
Agosto-85	14,00	12,05
Setembro-85	9,13	11,12
Outubro-85	9,05	10,62
Novembro-85	14,95	13,97
Dezembro-85	13,20	15,07
Ano - 1985	235,13	242,23
Janeiro-86	17,79	14,37
Fevereiro-86	14,98	12,72
Março-86	5,52	4,77
Abril-86	- 0,58	0,78
Mai-86	0,32	1,40
Junho-86	0,53	1,27
Julho-86	0,63	1,71
Agosto-86	1,33	3,55
Setembro-86	1,09	1,72
Outubro-86	1,39	1,90
Novembro-86	2,46	5,45
Dezembro-86	7,56	11,65
Ano - 1986	65,04	79,66

(FONTE: Maxwell Ribeiro Moreira, 2008)

Segundo GIAMBIAGI, no livro: Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010 obteve-se uma evolução significativa nas contas externas em 1984 e isso deve-se de forma sintética, ao processo de amadurecimento dos investimentos em substituição de importações e em promoção de exportações realizados PND e ainda à elevada depreciação da moeda em 1983. Além da recessão verificada na economia brasileira nos anos anteriores à recuperação da economia americana em meados dos anos 1980. (GIAMBIAGI, [Et al.], São Paulo. 2011).

2.3.2 Plano Bresser

Em junho de 1987 foi lançado então outro plano de metas, o Plano Bresser, com novo congelamento de preços e extinção do gatilho salarial, lançado pelo ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira em 12 de junho de 1987 com intuito de promover o superávit

comercial e fortalecer as reservas internacionais, a taxa de câmbio oficial foi desvalorizada em 8,5%. Bresser aliava componentes heterodoxos e ortodoxos, destacando o congelamento de preços e salários por 90 dias, além do estabelecimento de um fator de conversão de créditos aplicável a obrigações e títulos emitidos antes do lançamento do plano com valores nominais prefixados. (FGV, 2022).

Os mecanismos de indexação embutidos no Plano Bresser por concessão política, e a incapacidade do governo para implantar o equilíbrio monetário e fiscal acabaram por reduzir os salários reais ao nível compatível com a eliminação do déficit comercial. A inflação de dezembro atingiu 14%. Bresser, incapaz de implementar suas propostas na área fiscal pediu demissão em 18 de dezembro. (FGV, 2022).

2.3.3 Plano Verão

No Plano verão anunciado em janeiro de 1989 propõe-se um plano de estabilização, que incluía reforma monetária, com a troca do cruzado pelo cruzado novo e o corte de três zeros na moeda (Cz\$ 1000 = NCz\$ 1), e novo congelamento de preços. Além de alterar a regra da poupança, passando de IPC para LFTs suas respectivas correções e com isso os bancos não pagaram a diferença de 20% entre os títulos e os poupadores com poupança de aniversário entre os dias 1º e 15 de janeiro perderam. A inflação reduziu no primeiro momento, logo em março, o IPCA foi a 6,82% a.m., mas em maio já teve um novo aumento inflacionário, com inflação mensal de 17,92%. Em 1989, a taxa anual de inflação chegou a atingir 1.972,91%. (BACEN, 2019).

Segundo Moreira:

O balanço da política econômica do período da Nova República mostra que a inflação de três dígitos do ano de 1985, o primeiro ano do governo Sarney, baixou para um dígito como consequência da primeira versão do Plano Cruzado. Mas a partir de 1987 a inflação retornou à casa dos três dígitos, e em 1989, o quinto e último ano do governo Sarney, todos os indicadores mostram que a inflação alcançou os quatro dígitos, com a inflação medida pelo IPCA chegando a 1.972,91%. (MAXWEL RIBEIRO MOREIRA, 2008).

Segundo Giambiagi, o Plano Verão diferente dos Planos anteriores, permitiu a transferência de rendas entre credores e devedores ao não instituir regras para a conversão das dívidas pós-fixadas. A OTN e a OTN-fiscal, que serviam de indexadores para os papéis pós-fixados, foram congeladas e extintas, considerando apenas os 13 primeiros dias de janeiro no reajuste dos indexadores. Ainda no Plano verão, houve aumento de preços públicos e tarifas, se repetindo o ocorrido no Plano Bresser. (GIAMBIAGI, [Et al.], São Paulo. 2011).

2.3.4 Plano Collor

Nos anos de 1990 a inflação chegou a 9% no ano de 1999 devido aos planos mal conduzidos, sem apoio político e contas que não fechavam. No ano de 1990 governo Collor deu início em 15 de março com o lançamento do plano Collor I e em seguida o Plano Collor II com o objetivo de combate à inflação que havia herdado dos anos anteriores, o plano previa a estabilização monetária, com o congelamento de preços, porém exigia algumas medidas mais fechadas como o confisco da poupança em movimentações acima de 50 mil cruzeiros por um prazo de até 18 meses, e então de imediato fracassou e teve a segunda tentativa que agravou as medidas anti-inflacionárias.

O Plano Collor foi implementado por medida provisória em março de 1990, um dia após sua posse, sendo o primeiro presidente eleito com eleições diretas desde o fim da ditadura. Entre as medidas, uma causou grande comoção nacional: o confisco dos depósitos à vista e de poupança pelo prazo de 18 meses, O Plano Collor ganhou força com as mudanças em contexto mundial, consideradas como uma condição necessária para enfrentar a grave crise da década de 1970. (BACEN, 2019).

[...] Determinou-se o fim das contas indexadas de curtíssimo prazo para pessoas físicas (remuneradas por aplicações de um dia em títulos públicos – o chamado *overnight*) e introduziu-se a Taxa de Referência (TR), utilizada até hoje. Esse Plano só conteve a inflação por pouco tempo. Entre abril e junho daquele ano, a taxa de inflação mensal acelerou de 4,99% para 11,19%. (BACEN, 2019).

Segundo o historiador Marco Antônio Villa:

“Promoveu-se um tarifaço nos preços administrados pelo governo. A energia elétrica subiu 59,5%; gasolina e álcool, 46%; telefone, 56,6%; e o gás de cozinhas, 50%. O governo coletou dados para o cálculo da inflação até o dia 28 de janeiro e, dessa forma, expurgou do índice o tarifaço imposto três dias antes depois, que, segundo cálculos, representaria aproximadamente mais 5% na taxa oficial. A intenção, assim, acabou ficando em 20,21%.” (Villa, Marco Antonio, **Collor Presidente**, São Paulo, p.92. 2016)

Além do grande desequilíbrio fiscal que resultava no financiamento de gastos do governo com emissão monetária, destaca-se a hiperinflação contínua com o aumento de preços das recomposições de inflações passadas e expectativas de preços futuros. Na prática, esse comportamento defensivo funcionava assim: (BACEN, 2019).

“...um comerciante, por exemplo, reajustava o preço dos seus produtos tentando recuperar perdas com a inflação. E ainda embutia no novo valor o que ele imaginava que perderia com a inflação até a próxima oportunidade de reajustar. Os preços, logicamente, disparavam.”

Por fim, logo após a tentativa de renúncia, seguido de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello em 1992 Itamar Franco assumiu a presidência. Em 1993 se deu

início ao Plano Real que foi um processo com objetivo de estabilização econômica, que se tornou um sucesso por volta de 1º de julho de 1994 com a circulação do real o cenário de inflação mudou chegando em 4,922%. No final de 1994 encerrou com 916% e atingiu 22% no ano de 1995. Desde então, mesmo com as várias crises internacionais e internas, o IPCA acumulado em 12 meses passou de 9% em poucas ocasiões. (BACEN, 2022).

2.3.5 Plano Real

A estabilização da economia só ocorreu após a consolidação do Plano Real na década de 90, um plano formulado que teve sucesso mesmo diante das dificuldades que a economia enfrentava na época com o intuito de restabelecer a confiança perdida dos investidores interessados. A situação não era nada agradável, pois a população já vinha de outros governos com tentativas fracassadas de estabilização e tentativas de recuperar a economia.

De acordo com o Banco central do Brasil:

O Plano Real foi um processo de estabilização econômica iniciado em 1993 e o seu sucesso representou a quebra da espinha dorsal da inflação no Brasil. A entrada em circulação do real em 1º de julho de 1994 mudou o cenário de uma inflação que, no acumulado em doze meses, chegou a 4.922% em junho de 1994, às vésperas do lançamento da nova moeda. (BACEN, 2022).

Ao longo deste período, prevaleceu o compromisso do Banco Central em assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda brasileira. A implantação do plano real construiu bases de estabilidade da economia como: (BACEN, 2022).

- Redução da desigualdade de renda;
- Melhorias institucionais para garantir o equilíbrio fiscal;
- Reforma do Sistema Financeiro que garantiu a solidez e eficiência em preços estáveis;
- Aperfeiçoamento da supervisão bancária;
- Fortalecimento de mercado financeiro;
- Acordo as melhores práticas internacionais como metas para inflação e Acordo da Basileia;
- Cidadania financeira;
- Fortalecimento da função do BC frente a estabilidade de preços;

O Plano Real teve três etapas que foram eles, o ajuste fiscal emergencial como o corte de gastos e flexibilidade orçamentária. O URV que era como os valores eram declarados (moeda de compra) foi utilizado por quatro meses até o início da vigência do plano real, o banco central atualizava diariamente os valores de URV em cruzeiro real (moeda de pagamento). Em 1º de março de 1994 a primeira cotação de URV foi de CR\$647,50. E por

fim o Real em 1º de julho a moeda URV que valia CR\$ 2.750 foi convertida em 1 real, a nova moeda do Brasil. (BACEN, 2022).

Figura 1- A inflação nos planos econômicos anteriores ao plano real



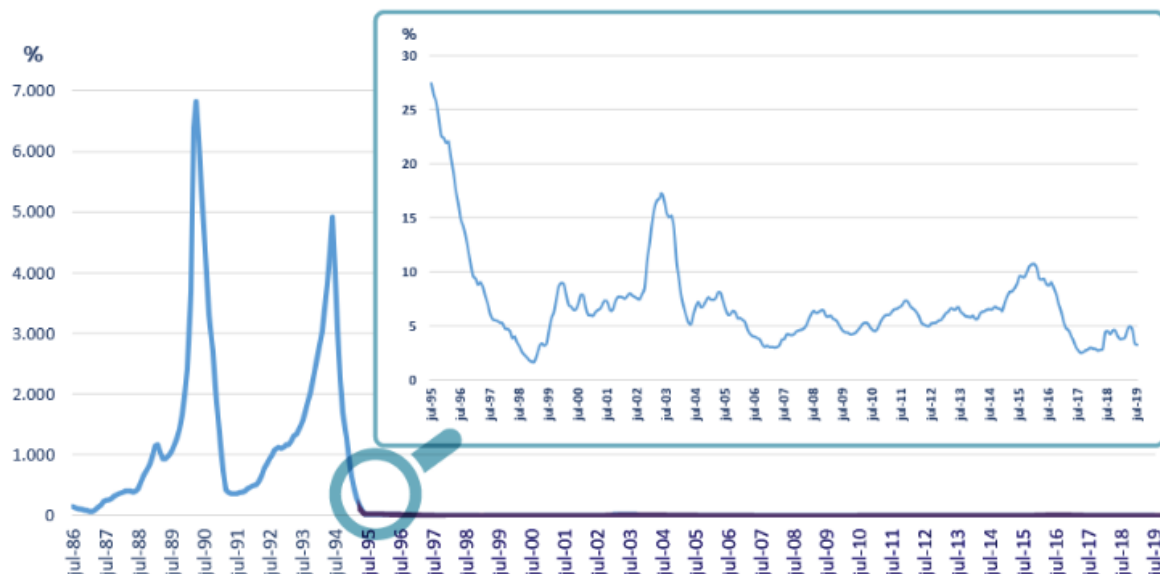
FONTE: Planos Econômicos -BACEN (2019)

O auge da inflação foi nos anos de 2000, que chegou a mais de 12% no ano de 2002 e o principal motivo foi a alta de preços, alta do dólar. O controle desta situação aconteceu com a manutenção da política econômica, que teve diferença pequena diante do tamanho do caos, mas que foi suficiente para manter o controle aos poucos. (ESTADÃO, 2022).

Na figura 01 acima, observamos a inflação nos anos em que antecedem o plano real, conforme descrito cada um dos governos acima a alta da inflação durante o Plano Verão é a maior de todos os outros anos, após isso o ano de 1994 quando foi a adoção do Plano Real e logo após vem os anos de 1987 e 1988 no Plano Bresser.

Figura 2- Histórico de Inflação

Inflação em 12 meses - IPCA (IBGE)



FONTE: Plano Real -BACEN (2022)

Na figura 02 temos outro exemplo demonstrativo da inflação anual desde os anos de 1986 a 2019, demonstrativo de 12 meses de acordo com o IPCA divulgado pelo IBGE. A Inflação que finalizou 1994 com 916% atingiu 22% em 1995 e após isso, mesmo com as várias crises que prejudicaram a estabilização econômica, o IPCA acumulado em 12 meses passou de 9% em poucas ocasiões.

2.4 O REGIME DE METAS DA INFLAÇÃO

A economia brasileira estabilizou a partir da implementação do Real e a posterior adoção do regime de metas para a inflação (1999) e logo após o plano Real em meio à crise econômica, foi também estabelecido o Regime de Metas Da inflação com objetivo principal manter a inflação em níveis baixos e estáveis. Esse conjunto de procedimentos para garantir a estabilidade de preços no país foi implantado formalmente como diretriz de política monetária, com a edição do Decreto nº 3.088 pelo Presidente da República, em 21 de junho de 1999. Em 30 de junho de 1999 o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 2.615 definindo o índice de preços de referência e das metas para a inflação para 1999 e os próximos dois anos. (BACEN, 2016).

Segundo o Banco Central do Brasil:

Esse regime tem sido exitoso no Brasil e no amplo conjunto de países que o adotam. Por esse sistema, os bancos centrais atuam para que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida. Nesse sistema, a meta para a inflação é

anunciada publicamente e funciona como uma âncora para as expectativas dos agentes sobre a inflação futura, permitindo que desvios da inflação em relação à meta sejam corrigidos ao longo do tempo. (BACEN, 2022).

De acordo com o BACEN, o Regime de metas para a inflação é um regime monetário em que o BC se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação efetiva permaneça dentro de uma meta pré-estabelecida e sendo uma meta transparente e divulgada publicamente. Quem estabelece essa meta é o CMN, assim que a meta é estabelecida cabe ao Banco Central trabalhar para que essa meta seja atingida mesmo que dificilmente consiga-se chegar no valor exato da meta ou então permanecer na mesma por um longo período. Para isso, o regime de metas prevê um intervalo de tolerância sendo de 1,5 pontos percentuais para mais e para menos. O principal objetivo do regime de metas é trazer previsibilidade para a economia do país (Informação verbal).

Carrara e Correa (2012, p. 443) destacam algumas características do regime de metas.

Os pontos gerais desse regime monetário consistem na publicação periódica de metas numéricas para a inflação, bem como de determinados intervalos para sua variação, e de um espaço de tempo para que se possa alcançá-las, visando, deste modo, ao conhecimento por parte do público das metas numéricas, à transparência das ações dos formuladores de política, e ao comprometimento com a estabilidade de preços e com o cumprimento das metas.

Quando a meta não é cumprida, ou seja, quando fica fora dos limites de tolerância estipulados pelo CMN, o presidente do BC deve informar através de carta aberta ao Ministro da Fazenda, as razões do descumprimento, bem como as medidas tomadas para retornar à trajetória de metas.

Carta aberta, Banco Central (2002).

Senhor Ministro:

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, o regime monetário de metas para a inflação foi formalmente instituído no Brasil por meio do Decreto no 3.088 de 21 de junho de 1999. Nesse diploma legal, foi estabelecido que o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixaria, até o dia 30 de junho daquele ano, as metas de inflação inicialmente para 1999, 2000 e 2001 e, a cada ano, para o terceiro ano subsequente. O parágrafo único do artigo 4o do referido decreto estabelece, também, que em caso de não cumprimento da meta: “O Presidente do Banco Central do Brasil divulgará publicamente as razões do descumprimento, por meio de carta aberta ao Ministro de Estado da Fazenda, que deverá conter: I - descrição detalhada das causas do descumprimento; II - providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos; e III - o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.”

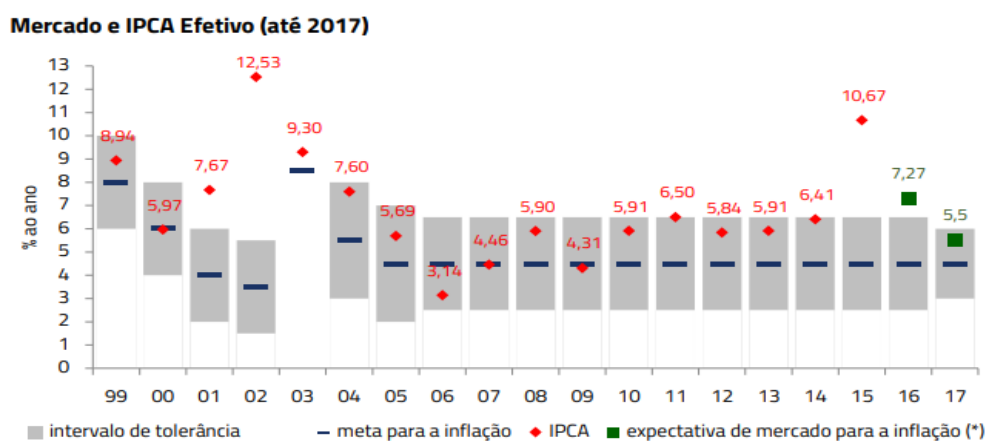
No Brasil, o índice utilizado pelo Banco Central como referência para acompanhar os objetivos do regime de metas de inflação é o IPCA, que é calculado pelo IBGE, este índice calcula a mudança dos preços de bens e serviços entre os períodos. O banco central divulga a cada 3 meses o relatório da inflação que avalia o nível de atividade do país, o cenário

internacional, as políticas adotadas, a evolução dos preços, além de uma projeção futura e esse é o principal meio de prestação de contas.

Com a implantação do regime de câmbio flutuante em 1999 e com a acentuada desvalorização acentuada do real, a adoção do regime de metas para a inflação em julho do mesmo ano contribuiu para estabilizar a inflação.

Desde a adoção do regime de metas, a inflação efetiva, medida pelo IPCA: ultrapassou o intervalo de tolerância em 2001, 2002, 2003 e 2015; ficou acima da meta, mas dentro do intervalo de tolerância, em 2004, 2005, 2008, e de 2010 a 2014; e ficou abaixo da meta, mas dentro do intervalo de tolerância em 2006, 2007 e 2009.

Figura 3- Metas para a Inflação



Fonte: BCB. (*) As expectativas de mercado para 2016 e 2017 foram coletadas em 30 de junho de 2016.

FONTE: Regime de Metas para a Inflação no Brasil -BACEN (2016)

Na figura 03 podemos observar a meta para inflação, bem como os intervalos de Tolerância, Mediana das Expectativas de Mercado e IPCA Efetivo até 2017, no final de junho de 2016, as medianas das expectativas de inflação coletadas divulgadas pelo BCB, encontravam-se em 7,27%, para 2016 e 5,50% para 2017.

3 METODOLOGIA

O instrumento será montado a partir de um estudo bibliográfico e com pesquisas em artigos e sites oficiais como BCB, IBGE e outros mais a fim de solidificar o entendimento sobre a importância do regime de metas de inflação para o país, seu objetivo e importância para a economia do país.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002)

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Uma pesquisa científica se dá início através da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras que já foram publicadas, que são de suma importância para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a se realizar. A pesquisa nos dá intermédio, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto a ser pesquisado, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, com isso baseando-se em trabalhos já realizados por outros autores. (SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. p. 64, 2021).

O estudo tem a intenção de acumular conhecimentos básicos e conseqüentemente formar hipótese em concordância com o problema de pesquisa.

3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

O foco principal desse tratamento de dados, é integrá-los de maneira objetiva ao projeto pois a intenção principal é ser sucinto, embasado e prático nas ideias. Ser uma pesquisa descritiva e explicativa, de caráter predominantemente qualitativo.

Segundo Gil (2007, p.43), uma pesquisa explicativa pode ser uma continuação de uma pesquisa descritiva, onde a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que ele esteja suficientemente descrito detalhadamente. Por outro lado, a pesquisa descritiva tem como objetivo caracterizar uma determinada população e também é uma classificação quanto aos seus objetivos, o que envolve a técnica de coleta de dados padronizados.

A pesquisa tem por caráter, a qualificação dos dados para exposição dos motivos, e a qualificação dos mesmos para a argumentação. Tem aspectos comparativos, para contrastar

dados e possui informações de cunho descritivo. Sendo ela uma pesquisa qualitativa e quantitativa.

Com o intuito de adquirir conhecimento sobre o assunto e em quais momentos foi realizado pesquisas bibliográficas acerca do tema, e enfim, favorecer o trabalho com as citações, ideais e teorias.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A pesquisa possui o embasamento em artigos, nos procedimentos técnicos para a pesquisa, foram realizadas consultas a fontes primárias e secundárias que abrangem total ou parcialmente o tema. Importante definir que dentro da pesquisa bibliográfica Foram utilizados também materiais encontrados em meios eletrônicos e digitais.

Segundo Maria Tereza Leme Fleury, (2017, p.12) é de suma importância inserir a pesquisa e os seus procedimentos no contexto em que se desenvolve. No desenho de pesquisa, o pesquisador pode usar dados secundários ou primários, ou ainda a combinação entre os dois.

Além de artigos científicos dados dos principais portais de dados e estatísticas, como IBGE e instituições que têm acesso a indicadores recebidos de autarquias e agências reguladoras, revistas eletrônicas e de conceitos. Buscou-se analisar cada um dos dados buscados nesses artigos e portais estatísticos, de forma a chegar a uma conclusão nítida sobre o regime de metas e sobre a inflação de modo geral, compreendendo como funciona a economia no país e quais os métodos utilizados em meio às dificuldades para solução de modo que traga retornos positivos a cada situação específica.

3.3 QUANTO À COLETA DOS DADOS

A coleta de dados acontece a partir de acesso a periódicos publicados sobre o assunto. A busca por informações em periódicos de dados como fonte principal do Banco Central do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizada paralelamente como conferência e de modo a assegurar a veracidade e contextualização dos dados.

Além de uma busca por material de autorias acadêmicas a fim de contribuir com o entendimento de professores e alunos, valorizando suas obras e citando-os e adicionando conteúdo de acordo com os mesmos. Contudo, busca-se materiais de leitura como livros de economia, conhecimentos gerais, políticos e financeiros. O tema do referido trabalho possui

amplos artigos e informações jornalísticas e com isso usa-se como referências também vídeos e noticiários de jornais e editoras.

3.4 QUANTO À ANÁLISE DE DADOS

A inserção dos dados no trabalho e informações coletadas de artigos são contextualizadas com o conteúdo que está sendo dito, e de forma coerente facilitando a compreensão de entendimento do leitor. A análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa é a partir dela que são apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, conclusão essa que poderá ser final ou apenas parcial deixando margem para pesquisas posteriores (MARCONI & LAKATOS, 1996 *Apud* MAXWELL FERREIRA DE OLIVEIRA, 201, p. 46).

A análise de dados configura-se numa fase importante no empreendimento de investigações nas Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo no campo dos estudos em Desenvolvimento, Gestão e Organizações. (TEIXEIRA, 2003). Esta análise busca compreender o verdadeiro significado dos dados coletados na pesquisa, além de ter como objetivo facilitar o entendimento dos conteúdos através da classificação apresentada de forma sistemática, que pode ser a divisão de categorias ou a contagem de palavras e termos contidos. (BEATRIZ COELHO, 2017).

A pesquisa, entendida como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, vincula pensamento e ação. (Minayo 1994, p. 17). Com isso busca-se indagar cada uma das informações trazidas nas fontes de pesquisa, realizando a análise direta, com intuito de conhecer o regime de metas, bem como a inflação, suas causas e consequências.

3.5 MÉTODO DE TRABALHO

O método de trabalho é o método de pesquisa, ou se não equivocado, é chamado de metodologia de pesquisa, é o capítulo da sua dissertação ou tese que tem como objetivo entregar ao leitor como foi realizada a sua pesquisa.

(...) na pesquisa pura ou básica, o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento. Já na pesquisa aplicada, o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos, mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos. (CERVO, 1983, p. 54)

Antes de iniciar uma pesquisa, é necessário ter a certeza dos métodos a serem utilizados, para que seja coerente, evitando-se o espontaneísmo. Os métodos se diferenciam pela forma com que abordam o problema a ser estudado e através da sistemática. Indicam o caminho a ser seguido, por onde começar. O tipo de problema a ser pesquisado é que indicará a escolha do método. A metodologia é o instrumento utilizado pelo pesquisador e que mostra o caminho que vai percorrer, desde que seja coerente com o método escolhido. (ROGÉRIA BELLIA, 2008, p. 18).

Para o resultado esperado com alcance de todos os objetivos, busca-se realizar a análise de cada um dos dados e informações de cada uma das fontes, como IBGE, BC, livros de economia e artigos científicos. Após essa análise de modo crescente analisa-se de forma compreensiva cada fase do governo, dentre suas tentativas em melhor desenvolver o funcionamento da economia, evitando sempre a inflação ou deflação, a busca pelo controle na mediana. Entre os erros e acertos das políticas econômicas, consegue-se compreender em quais situações o país não obteve sucesso e em quais situações a economia do país esteve sob controle.

Com essa análise detalhada, consegue-se compreender a real importância da pesquisa, quanto aos métodos adotados pelas políticas econômicas, ao conhecer cada fase em que o país passou, tomar-se-á um conhecimento mais elevado em relação a economia do país.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS QUANTO AOS OBJETIVOS

É a partir da análise de dados da pesquisa que os dados coletados foram tratados e teorizados. Sua principal finalidade é justamente, compreender os dados coletados, confirmar ou negar as hipóteses abordadas na pesquisa, além de ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado. A função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. Segundo Bardin, a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos, extremamente diversificados. (BARDIN, 2011, p.15 *apud* MARSARO, FERNANDA; 2012).

Sendo assim, de acordo com a pesquisa realizada, neste capítulo apresenta-se a análise dos dados oficiais dos sites apresentados, os processos de análise e interpretação dos dados variam em função dos diferentes esboços de pesquisa. Buscou-se analisar os benefícios do regime de metas e inflação, além disso, abordar as críticas ao mesmo. Com Isso a mesma traz dados importantes da economia brasileira que mostra os pontos falhos e positivos desse regime que foi adotado com o intuito de manter a economia sob o controle das autoridades monetárias.

Segundo João Sicsú:

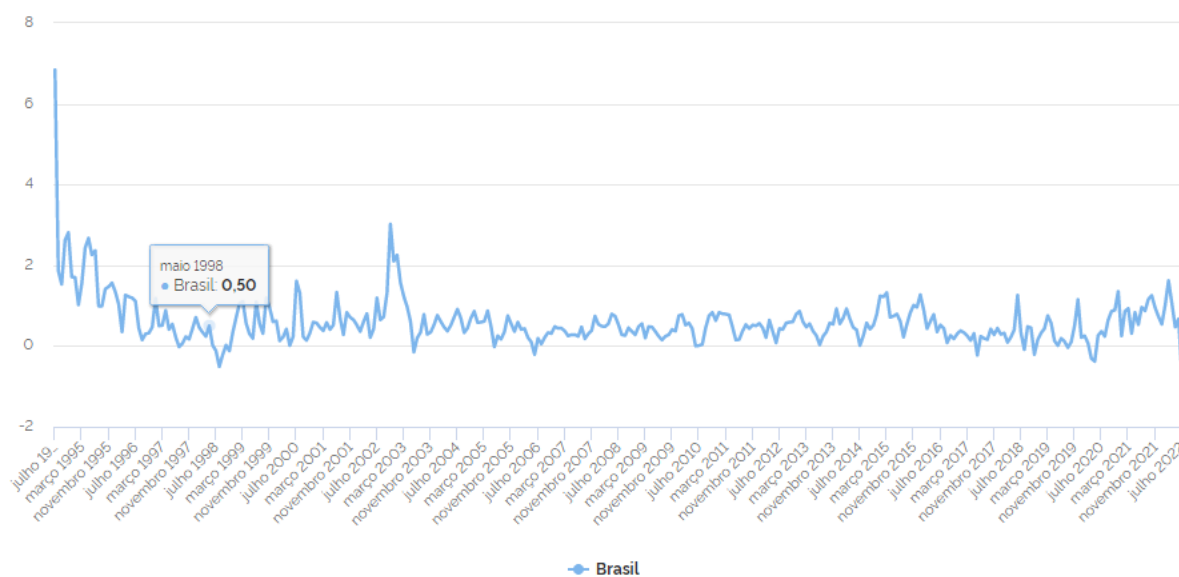
Consequentemente, a adoção de um regime de metas de inflação tem como característica o reconhecimento explícito de que o objetivo da política monetária é a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável. Em outras palavras, está implícito o compromisso institucional da busca de estabilidade como objetivo permanente da política monetária. Em versões mais flexíveis do regime de metas, o objetivo de estabilidade de preços pode ser acompanhado do objetivo de manter a estabilização do produto corrente em níveis próximos da taxa potencial de crescimento. (SICSÚ, João; 2012, P.151)

O RMI compõe o que é chamado de tripé macroeconômico, que passou a ser considerado no Brasil também em 1999, que consiste em: câmbio flutuante, equilíbrio fiscal e metas de inflação. O câmbio flutuante é necessário para garantir equilíbrio no balanço de pagamentos, além do equilíbrio fiscal que tem por objetivo controlar a demanda agregada e evitar grandes flutuações cambiais, e por fim, as metas de inflação atuam como âncora nominal da economia. (AGUIAR, Fernando de Amaral, 2015 *Apud* BIONDI e TONETO, 2005).

Com isso, busca-se esboçar os resultados do principal índice de inflação (IPCA), entre os anos de 1999-2022, na primeira análise temos o demonstrativo da maior variação mensal do IPCA foi em março de 1990 (82,39%), enquanto a menor variação, em agosto de 1998(-

0,51%), e entre o ano de implantação do Plano Real que foi de 1980 a 1994, o índice acumulado foi de 13 342 346 717 671,70 trilhões (%) sabendo ainda que o IBGE divulga o IPCA desde 1980. (IBGE, 2022)

Figura 4- IPCA Variação mensal durante o Plano Real



FONTE: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IBGE (2022)

Na figura 04 temos uma demonstração referenciada pelo IBGE da variação do IPCA, durante o Plano Real (%), um demonstrativo em gráfico da variação mensal durante o Plano Real (%), entre julho de 1994 a julho de 2022, observando a maior variação em março de 2003.

Quadro 2- Índices Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

	Brasil
dezembro 1995	22,41
dezembro 1996	9,56
dezembro 1997	5,22
dezembro 1998	1,65
dezembro 1999	8,94
dezembro 2000	5,97
dezembro 2001	7,67
dezembro 2002	12,53
dezembro 2003	9,30
dezembro 2004	7,60
dezembro 2005	5,69
dezembro 2006	3,14
dezembro 2007	4,46
dezembro 2008	5,90
dezembro 2009	4,31
dezembro 2010	5,91
dezembro 2011	6,50
dezembro 2012	5,84
dezembro 2013	5,91
dezembro 2014	6,41
dezembro 2015	10,67
dezembro 2016	6,29
dezembro 2017	2,95
dezembro 2018	3,75
dezembro 2019	4,31
dezembro 2020	4,52
dezembro 2021	10,06

FONTE: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IBGE (Setembro-2022)

Já no quadro 02 com os seus respectivos valores, a variação acumulada no ano durante o Plano Real (%), entre dezembro 1995 - dezembro 2021, pode-se observar os anos em que o IPCA esteve mais elevado, como em dezembro de 2002.

Já o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), também calculado pelo IBGE, esse é utilizado para o reajuste de salário mínimo, abrange famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos, de pessoas assalariadas e residentes em áreas urbanas. De acordo com as informações do IBGE.

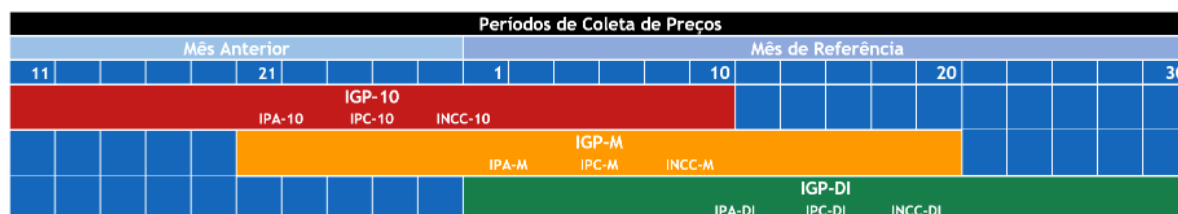
“[...] tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet.”. (IBGE, 2022)

O outro índice é o IGP-M (Índice Geral de Preço - Mercado) calculado pelo IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) que faz parte da Fundação Getúlio Vargas. Esse é calculado através de uma média de três outros índices sendo eles: IPA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo ou Atacado), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e o INCC (Índice Nacional da Construção Civil). O IPA entra com 60% de contribuição para o cálculo o IPC contribui com 30% e o INCC com os outros 10%. O IGP-M é o índice utilizado para o reajuste de valores nas moradias.

Segundo o IBRE (2022):

O IGP-10 mede a evolução de preços no período compreendido entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência. A série IGP-10 teve início em 1993. O IGP-M é coletado entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência. Sua série começa em 1989. O IGP-DI é coletado entre o primeiro e o último dia do mês de referência. A série histórica retroage a 1944.

O Índice Geral de preços é dedicado a mensuração do comportamento dos preços em um determinado setor ou categoria, uma mensuração da oferta e demanda, realizando o levantamento de quanto há de queda e aumento de lados diferentes, e como isso se relaciona com as demais atividades econômicas, como observa-se a seguir.

Figura 5- Período de Coleta de Preços IGP-M

FONTE: Índices de Preços -FGV IBRE (2022)

A diferença entre as três versões está na coleta de informações para o cálculo do Índice IGPM, os preços coletados em cada período são comparados aos levantados nos 30 dias imediatamente anteriores. Como podemos observar no gráfico divulgado no site da Fundação Getúlio Vargas- IBRE, que mostra na figura 5, acima.

Já no quadro 3, consegue-se analisar o levantamento feito pelo IBGE de diferentes regiões do país, calculando o custo de vida médio de famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos (IPCA) e o custo de vida de famílias com salários de 1 a 5 salários mínimos (INPC).

Quadro 3- Índices de Inflação

Local	IPCA [Set/2022]	INPC [Set/2022]
Brasil	-0,29%	-0,32%
Aracaju (SE)	-0,12%	-0,10%
Belém (PA)	-0,01%	0,11%
Belo Horizonte (MG)	-0,35%	-0,44%
Brasília (DF)	-0,26%	-0,34%
Campo Grande (MS)	-0,22%	-0,38%
Curitiba (PR)	-0,16%	-0,25%
Fortaleza (CE)	-0,65%	-0,59%
Goiânia (GO)	-0,31%	-0,27%
Grande Vitória (ES)	0,17%	0,21%
Porto Alegre (RS)	-0,46%	-0,66%
Recife (PE)	-0,43%	-0,30%
Rio Branco (AC)	-0,09%	-0,06%
Rio de Janeiro (RJ)	-0,11%	-0,26%
Salvador (BA)	-0,32%	-0,33%
São Luís (MA)	-0,15%	-0,06%
São Paulo (SP)	-0,32%	-0,39%

FONTE: Índice de Inflação -IBGE (2022)

Pode-se observar um exemplo neste quadro, sobre o que falamos no texto anterior entre a diferença do índice oficial da inflação IPCA e do Índice INPC que nos traz um esboço desses índices de um mês para o outro, referente ao mês de março de 2022, visto que a diferença entre o IPCA e o INPC é na palavra “AMPLO”, onde o IPCA engloba uma parcela maior da população do que o INPC. O IPCA aponta mensalmente o custo de vida médio de famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos, já o INPC, famílias com renda mensal entre 1 e 5 salários mínimos, são grupos mais sensíveis à variação de preços, pois tendem a gastar todo seu rendimento em itens básicos. Então conclui-se com esse quadro exemplificado, que conseguimos observar a diferença de variação de preços de um estado para o outro, sendo um cálculo de um mês para outro com pesquisa feita entre as famílias de renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos e famílias entre 1 e 5 salários mínimos.

A Inflação traz consequências, como incertezas na economia e que prejudicam o seu crescimento, prejudica principalmente aquela classe com menos acesso e condições financeiras, por isso, nota-se que quanto maior for a variação do IPCA em um período, menor será o poder de compra do brasileiro. O CMN entende que é importante para a economia, ter um IPCA em alta e sob controle. (BACEN, 2022)

Quanto à análise do objetivo de quais políticas econômicas de controle e combate à inflação o Brasil utilizou nesse período pesquisado de 1999 a 2022, como vimos anteriormente, a política monetária apresenta um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e financeiro do país.

A política monetária está dividida em Expansionista e Contracionista ou Restritiva. A Política Monetária Expansionista é usada, para quando a economia se encontra numa situação de recessão, ou seja, deflação que está necessitando de um estímulo para o seu crescimento, colocar moeda em circulação para o giro da economia. Já a Contracionista ou Restritiva, ocorre em uma situação em que o país esteja em crescimento abundante, e com a inflação fugindo do controle devido ao alto nível de recursos na economia, o governo pode adotar, este cenário, a fim de controlar a disponibilidade de moeda (liquidez) na economia. (Tiago Reis, SUNO, 2017)

Na política monetária existem basicamente três funções que o BC utiliza como meio de desenvolver a política monetária, que são: Open Market, Redesconto e Depósito compulsório.

O Open Market nada mais é que a realização de compra e venda de títulos públicos federais que o BC realiza e o governo atua através dele, comprando e vendendo esses títulos. Quando o governo compra títulos, ele está inserindo moeda na economia, colocando dinheiro em circulação, ou seja, contribuindo para uma política monetária expansionista. E quando acontece a venda de títulos, tira a moeda de circulação, o que ocorre uma política monetária contracionista. (BACEN, 2022)

Já na taxa de Redesconto, se refere a taxa que o Banco Central cobra para emprestar dinheiro para outros bancos, quando o BC aumenta a taxa de desconto os bancos tendem a aumentar também o valor nos seus empréstimos aos usuários, e com isso as pessoas tendem a pegar menos dinheiro emprestado e isso significa menos dinheiro em circulação, tendo uma política monetária contracionista. Quando o contrário acontece, na redução da taxa de desconto, os bancos tendem a diminuir o valor das taxas de juros e com isso ocorre a política monetária expansionista. (BACEN, 2022)

O depósito compulsório, é um meio que o BC utiliza para garantir a segurança do sistema financeiro, garantindo que os bancos e instituições financeiras não emprestem todo esse dinheiro captado e fiquem sem dinheiro em caixa, para isso as instituições financeiras, devem realizar um depósito de parte de suas captações a vista, a prazo e poupanças ao BC. Com isso, quando o BC aumenta a porcentagem do depósito compulsório os bancos e IF têm menos dinheiro para colocar em circulação, ocorrendo a política monetária contracionista e quando o contrário acontece, está ocorrendo a política monetária expansionista. (BACEN, 2022).

Para exemplificar como ocorreu o cumprimento da meta ao longo desses anos, em análise ao terceiro objetivo principal da pesquisa, abaixo apresenta-se uma tabela que demonstra, ano a ano, os resultados que o Brasil apresentou e em que momentos conseguiu cumprir a meta estabelecida pelo Bacen para o controle da inflação.

Quadro 4- Cumprimento da Meta inflacionária desde 1999

Ano	Meta	P.P.	Limites- Inferiores e superiores%	Inflação Efetiva %	Análise de Cumprimento da Meta
1999	8	2	6 e 10	8,9	Sim. Acima do centro da meta
2000	6	2	4 e 8	5,97	Sim. Abaixo do Centro da Meta
2001	4	2	2 e 6	7,67	Não. Acima

2002	3,5	2	1,5 e 5,5	12,53	Não. Acima
2003	3,25 e 4	2 e 2,25 teve alteração	1,25 e 5,25 1,5 e 6,5	9,30	Não. Acima
2004	3,75 e 5,5	2,5 e 2,5	1,25 e 6,25 3,8	7,60	Sim. Acima do Centro da meta
2005	4,5	2,5	2 e 7	5,69	Sim. Acima do Centro da meta
2006	4,5	2	2,5 e 6,5	3,14	Sim. Abaixo da Meta
2007	4,5	2	2,5 e 6,5	4,46	Sim. Acima da Meta
2008	4,5	2	2,5 e 6,5	4,46	Sim. Abaixo da Meta
2009	4,5	2	2,5 e 6,5	4,31	Sim. Abaixo da Meta
2010	4,5	2	2,5 e 6,5	5,91	Sim. Acima da Meta
2011	4,5	2	2,5 e 6,5	6,5	Sim. Acima da Meta
2012	4,5	2	2,5 e 6,5	5,84	Sim. Acima da Meta
2013	4,5	2	2,5 e 6,5	5,91	Sim. Acima da Meta
2014	4,5	2	2,5 e 6,5	6,41	Sim. Acima da Meta
2015	4,5	2	2,5 e 6,5	10,67	Não. Acima Limite permitido
2016	4,5	2	2,5 e 6,5	6,29	Sim. Acima da Meta
2017	4,5	1,5	3 e 6	2,95	Não. Abaixo do limite permitido
2018	4,5	1,5	3 e 6	3,75	Sim. Baixo da Meta
2019	4,25	1,5	2,75 e 5,75	4,31	Sim. Acima da Meta
2020	4	1,5	2,5 e 5,5	4,52	Sim. Acima da Meta
2021	3,75	1,5	2,25 e 5,25	10,06	Não. Acima Limite permitido
2022	3,5	1,5	2 e 5	----	----

FONTE: Elaboração do próprio autor, com dados do Banco Central do Brasil (2022).

Nos anos de 2001, 2002 e 2003, não obteve-se sucesso, foram anos onde ela esteve acima do que era permitido, foram cumpridas as metas somente nos dois primeiros anos. Em

2001 o país enfrentou uma avalanche de preços causado pelo racionamento de energia e pela volatilidade cambial que foi causada pela crise da Argentina. (FIESPE, 2005)

O fato, porém, é que ainda no segundo semestre de 2002 quem olhasse de fora para o país chegaria à conclusão de que no Brasil a dívida pública continuava aumentando e o déficit em conta-corrente era ainda, quase quatro anos depois da flutuação cambial, da ordem de US\$20 bilhões. Havia nisso uma certa miopia, pois, mantido o ajuste fiscal, o fim do processo de desvalorização levaria a uma inflexão da trajetória de aumento do endividamento público, enquanto o câmbio, cedo ou tarde, acabaria por causar uma mudança na situação externa. De qualquer forma, entre a maioria dos analistas — principalmente estrangeiros, com menor conhecimento do país — imperava grande ceticismo sobre o Brasil. (GIAMBIAGI, FÁBIO [Et al.]. 2019. P.190)

De forma resumida, os motivos apresentados pela Carta foi que no ano 2001 os choques externos como ataques terroristas aos EUA e crise da Argentina por exemplo, além de ataques internos como o crescimento acentuado dos preços administrados, principalmente energia. As seis categorias são produtos derivados de petróleo (5,51%), transporte (5,22%), serviços telefônicos (4,86%), planos de saúde (3,43%), energia elétrica residencial (3,23%), e produtos farmacêuticos (2,81%).

Em 2002 ocorreu como destaque uma severa crise de confiança na evolução da economia brasileira e uma maior aversão ao risco no mercado internacional. Além disso, a depreciação cambial decorrente das incertezas do período eleitoral acabaram provocando uma elevação de preços e vale observar que até aí o intervalo de tolerância da inflação em torno do centro da meta era de 2 pontos percentuais e após 2002 de 2,5 pontos percentuais. Segundo Giambiagi, a percepção de que a situação externa do Brasil estava de fato mudando sua estrutura só se deu no final de 2002 pois até meados do mesmo ano o superávit comercial em 12 meses estava em torno de US\$5 bilhões e a previsão de déficit em conta corrente para 2003 era de US\$20 bilhões.

No ano de 2003, identifica-se certa persistência da inflação especialmente nos primeiros meses e uma contínua deterioração das expectativas. Atribui-se a deterioração das expectativas nos anos 2002 e 2003 ao ‘efeito do governo Lula’, que se dissipou gradativamente ao longo dos primeiros anos de mandato. Em função do ocorrido nestes dois anos anteriores e a essa persistência, o CMN alterou a meta de inflação de 2003 dos iniciais 3,25% para 4% e em seguida para 8,5%. A inflação obteve um recuo para 9,3%, em 2003 e para 7,6% em 2004. (FIESPE, 2005)

Por fim, após isso somente em 2015 voltou a ter descumprimento de meta, conforme pode-se observar no quadro 4, foi mais um ano em que o governo não conseguiu atingir a meta inflacionária estabelecida. Neste ano, a inflação oficial do país, medida pelo IPCA,

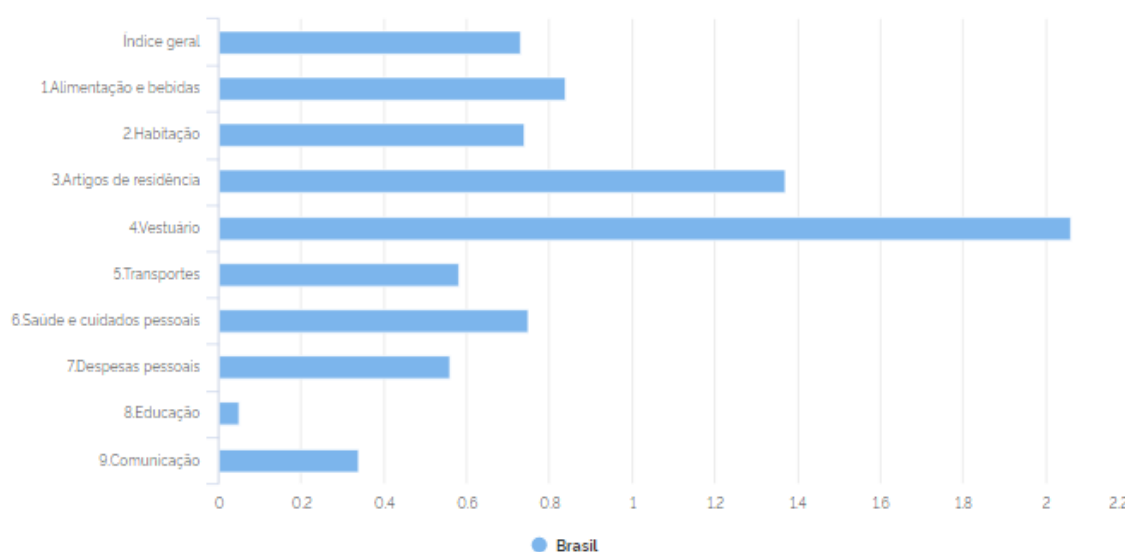
fechou 2015 com 10,67%, bem acima do teto da meta do governo de 6,5% (máxima), segundo o IBGE. Como se pode ver, foi a maior alta desde 2002, quando registrou 12,5%.

Em carta aberta ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, o presidente do Bacen, justificou porque não conseguiu atingir a meta, conforme se vê trecho abaixo.

O nível de inflação de 2015 refletiu, em grande parte, os efeitos de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia – o realinhamento dos preços administrados por contrato (“preços administrados”) em relação aos chamados “preços livres” (variação do IPCA excluindo os preços administrados) e o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais –, observados desde o final de 2014 e que se estenderam ao longo de 2015. Esses processos, conforme vem sendo destacado nos documentos oficiais do Banco Central do Brasil (BCB), mostraram-se mais prolongados e mais intensos que o inicialmente previsto, resultando nos patamares de inflação observados recentemente. Vale ressaltar que a previsão para a inflação de preços administrados para 2015, divulgada no Relatório de Inflação de dezembro de 2014, era de 6,2%, considerando uma taxa nominal de câmbio de R\$2,55/US\$, projeção próxima das expectativas dos analistas de mercado, conforme pesquisa Focus, realizada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do BCB, divulgada em 19 de dezembro de 2014, que previa inflação de preços administrados de 7,6% e taxa nominal de câmbio de R\$2,75/US\$, para 2015. Independentemente da diferença entre a projeção do BCB e a de mercado à época, ambas se mostraram distantes do ocorrido em 2015, quando a inflação de administrados atingiu 18,07%. Ressalte-se que a taxa nominal de câmbio encerrou o ano em R\$3,90/US\$. (CARTA ABERTA; TOMBINI, 2016).

Após isso em 2021 que foi o ano da pandemia Covid19, tivemos a próxima alta significativa que mais uma vez a meta não foi atingida. A meta de 3,75% e podendo chegar ao máximo de 9% e fechou o ano em 10,06%. Um dos principais fatores foi a crise hídrica, além da energia com acionamento das bandeiras tarifárias que acabam pesando bastante as contas de luz, o aumento do petróleo acabou aumentando o preço dos combustíveis, esses representam mais da metade do avanço da inflação. Além do dólar alto, afetando o preço dos alimentos e combustíveis. Pode-se observar abaixo detalhadamente cada um.

Figura 6- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



FONTE: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IBGE (Dezembro; 2021)

Com isso, analisa-se um trecho da carta aberta enviada ao Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes o Ministro de Estado da Economia e Presidente do Conselho Monetário Nacional.

Os principais fatores que levaram a inflação em 2021 a ultrapassar o limite superior de tolerância foram os seguintes: i. forte elevação dos preços de bens transacionáveis em moeda local, em especial os preços de commodities; ii. bandeira de energia elétrica de escassez hídrica; e iii. desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos, e gargalos nas cadeias produtivas globais. As pressões sobre os preços de commodities e nas cadeias produtivas globais refletem as mudanças no padrão de consumo causadas pela pandemia, com parcela proporcionalmente maior da demanda direcionada para bens e impulsionada por políticas expansionistas. Esses desenvolvimentos, que ocorreram em nível global, geraram excesso de demanda em relação à oferta de curto prazo de diversos bens, causando um desequilíbrio que, em diversos países e setores, foi exacerbado por falta de mão-de-obra, problemas logísticos e gargalos de produção. De fato, a aceleração significativa da inflação em 2021 para níveis superiores às metas foi um fenômeno global, atingindo a maioria dos países avançados e emergentes. (CARTA ABERTA; NETO ROBERTO OLIVEIRA CAMPOS- 2022).

Em 2016 por exemplo, que foi um ano considerado ruim para a economia o índice oficial fechou em 6,29%, dentro do limite máximo da meta estabelecida pelo Governo. Os alimentos foram um dos itens que mais pressionaram a inflação. Itens como o arroz e o feijão ficaram bem mais caros em 2016. A variação no preço dos alimentos foi de 0.14% em dezembro, e a alta acumulada em 2016 foi de 6,58%, de acordo com o IBGE (2016). Como se percebe desde a instituição da política de RMI por quatro vezes de 2001 a 2003 e em 2015, o Brasil não conseguiu fechar o ano dentro da meta estabelecida.

Por outro lado, em 2017 foi o único ano em que tivemos na economia o não atingimento da meta, sendo essa, abaixo do limite permitido e que nos traz uma análise de deflação. O ano de 2017 foi caracterizado por uma forte queda na inflação, redução substancial e consistente na taxa básica de juros e recuperação da atividade econômica. Como pode-se analisar na figura 7 a comparação aos outros anos.

Figura 7- Inflação do IPCA

Tabela 1 - Inflação do IPCA e de componentes selecionados e meta para a inflação

Ano	IPCA	IPCA ex-alimentação no domicílio	Alimentação no domicílio	Bens industriais	Serviços	Administrados	Meta para a inflação	Intervalo de tolerância
2015	10,67	10,25	12,92	6,22	8,09	18,07	4,50	2,5–6,5
2016	6,29	5,68	9,36	4,69	6,48	5,50	4,50	2,5–6,5
2017	2,95	4,54	-4,85	1,03	4,53	7,99	4,50	3,0–6,0

Fonte: IBGE; BCB.

FONTE: Carta Aberta, BC; 2018)

Ocorreu uma relevante desinflação, logo após 2016 ter ultrapassado a meta de inflação. A inflação do IPCA acumulado em 12 meses entrou em um declínio envolvendo diferentes segmentos. O preço dos alimentos refletiu preponderantemente as condições de ofertas da crescente produção agrícola de grãos que foi recorde nas safras de 2016/2017, conforme mostra a figura 7.

Sendo assim, o BC cumpriu as metas nos primeiros dois anos mas apresentou dificuldades no período seguinte, “sempre em razão de flutuações cambiais acentuadas”. Mas nada que significasse a perda de controle do processo ou o retorno a velhos patamares da economia”. (FRANCO, 2005, p. 178 *apud*, Melo, Jéssica; 2018).

As flutuações cambiais, significam deixar a cotação do dólar frente ao real ser determinada pelo mercado através da lei da oferta e demanda. Apesar disso o BC pode entrar no mercado eventualmente comprando ou vendendo moeda. E dessa maneira ele minimiza a volatilidade excessiva em determinados momentos. (KOBORI, 2018)

Quando há crises ou incertezas momentâneas no mercado os fluxos de capitais de outros países saem do seu costumeiro e isso gera um aumento ou diminuição na entrada e saída de dólar do país e é nesse momento que o BC pode entrar com a compra ou venda de moeda.

Com a pandemia em 2020/2021, a economia do país teve uma significativa perda, o auxílio emergencial e a autorização do saque de FGTS ajudaram na recomposição de parte das perdas da população em pandemia. E assim algumas famílias puderam aumentar o consumo, sobretudo higiene pessoal, produtos de limpeza e alimentação, já as famílias de maior renda aumentaram a poupança por precaução ou até mesmo impossibilidade de consumir devido ao isolamento. E isso refletiu na nossa economia que diminuiu a circulação da moeda e conseqüentemente a economia “parou”. A recuperação ficou no decorrer chegando ao fim do ano de 2021, porém ainda existe conseqüências da pandemia.

A economia brasileira aumentou em 1% no primeiro trimestre de 2022, quando comparado ao último trimestre do ano de 2021. Em relação ao mesmo trimestre do ano de 2021, a alta do PIB foi de 1,7%, e no acumulado de quatro trimestres de 4,7%. As expectativas do mercado financeiro ficavam em torno de 1,2% de alta ao período anterior de 1,8%, no setor de serviços foi onde teve-se um melhor resultado, representando 70% do PIB do país. (CNN Brasil, junho. 2022)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver dessa pesquisa pode-se perceber o crescimento da política monetária brasileira nos últimos anos. Percebe-se ao longo da pesquisa que as medidas adotadas por meio do Regime de Metas de Inflação desde 1999 tem-se mostrado uma alternativa economicamente viável para o crescimento brasileiro bem como, o controle econômico via autoridades, tendo em vista os parâmetros locais.

Levando em consideração o comprometimento da autoridade monetária ao bom funcionamento do Regime de metas de inflação, a transparência na abordagem das políticas econômicas se torna fundamental para o sucesso das mesmas.

A transparência tem sido visualizada como a principal característica, e fundamental do RMI, sendo a divulgação prévia dos objetivos para a inflação, outro ponto também sendo rigorosamente seguido pelo Conselho Monetário Nacional com a divulgação, a cada semestre.

O RMI trouxe organização para o controle inflacionário brasileiro que vivia tempos difíceis antes de sua implementação e que causava insegurança e instabilidade nos mercados financeiros para investidores e a população, acarretando sérios problemas para a economia. Com esse método, o país se mostra mais seguro ao enfrentar crises econômicas, pois já está preparado para caso ocorra momentos de instabilidade.

Como visto nas análises dos objetivos, o Brasil hoje adota alguns meios para controlar o aumento e queda exagerada de preços, adota políticas que são capazes de aumentar ou diminuir a quantidade de moeda em circulação. O BC juntamente com o COPOM tem total controle do meio circulante tendo em vista o que foi abordado na pesquisa.

Uma das maiores dificuldades ao realizar a pesquisa foi a busca por informações numéricas, apesar de ser um assunto de mídia diária a grande maioria dos dados não são numéricos e muitos ainda serem desatualizados. Foi necessário estar atento aos dados buscados em sites para que esses fossem de fontes seguras e atualizadas. Além de ser um tema com atualizações corriqueiras faz parte da pesquisa uma busca por dados do corrente ano de 2022.

João Sicsú faz uma análise e diz que não existem evidências suficientes que garantam que a adoção de metas inflacionárias seja a responsável pela queda da inflação. Países que adotaram o regime de metas de inflação e países que não o adotaram têm tido igualmente sucesso no front da inflação.

Mas de acordo com o que foi estudado durante a pesquisa percebe-se a importância do RMI para a economia brasileira, sendo a principal responsável pelo controle de inflação que é o movimento de alta de bens e serviços e um fenômeno causado por vários fatores como o aumento da demanda por produtos, o aumento da emissão do papel moeda alta dos custos de produção e diminuição da taxa Selic como por exemplo na pandemia.

A demanda por alimentos na pandemia aumentou e conseqüentemente o preço dos produtos também aumentaram, ou ainda o petróleo que teve uma queda em sua produção e o consumo voltou com muita demanda e seu preço aumentou e esses aumentos ainda aconteceram devido à alta do dólar e a inflação no Brasil disparou ficando acima da meta em 2021.

O Brasil adota essas metas para a estabilidade da circulação da moeda e cabe ao BC realizar medidas capazes de alcançá-las e preservá-las. O RMI ajuda com a previsibilidade da economia, além de um melhor controle da sociedade em relação às suas finanças, e conseqüentemente ver a alta de preços reduzir o seu poder de compra. Como por exemplo, se os preços subirem muito não será possível comprar as mesmas coisas com a mesma quantidade de dinheiro e alguns investimentos assim não acompanham a inflação e fazem com que a população perca dinheiro.

Para tentar conter a inflação o BC eleva juros, mas isso aumenta o custo da dívida pública e desestimula investimentos, é um trabalho para conter a inflação e nunca para deixá-la negativa. As autoridades monetárias alegam que preços baixos são prejudiciais ao crescimento econômico do país, porque com isso, as empresas podem adiar os seus investimentos sabendo que os preços estariam mais baixos no futuro, e isso enfraquece a atividade econômica, é por esse motivo que volta-se a afirmar e destacar a importância do RMI. Com ele é possível ter toda essa análise para organização financeira e econômica.

Deve-se levar em consideração que mesmo com a meta de inflação a economia do país nem sempre esteve dentro dos seus padrões estáveis, o que por outro lado nos faz pensar que se não tivéssemos esse método de controle seria ainda pior conseguir manter a "casa em ordem". Mesmo com a exigência de que quando o país fecha o ano com o IPCA falhando a meta de teto ou piso, deverá enviar uma carta explicando os motivos e que tem-se ocorridos repetidas vezes como vimos no desenvolver do presente estudo, o país exige que a meta seja cumprida dentro de um prazo de um ano no seu fechamento, tolerando as falhas de teto e de piso estabelecidas.

Portando, para análise de conclusão do problema de pesquisa: Quais são os benefícios, do Regime de Metas de inflação no Brasil e quais as ações tomadas pelas autoridades monetárias, quando o IPCA não se manteve dentro da meta estipulada? Diz-se que o regime de Metas, assim como seu objetivo é justamente manter a casa em ordem, essa se diz cumprir o prometido e nem sempre claro mas na maior parte, como analisou-se teve alguns anos em que a inflação não se manteve dentro da meta estipulada porém, as autoridades conseguiram ter uma resposta mais aguçada de onde o problema se encontrava para que facilitasse uma reorganização econômica.

As ações tomadas, basicamente são as políticas econômicas vistas no desenvolver da pesquisa como principais e mais tratadas no desenvolver deste estudo a Política Fiscal, Cambial e Monetária, sendo que a política Monetária está dividida em contracionista e expansionista cada uma atuando no controle de inflação. Além disso, essas políticas Monetárias possuem ferramentas como Recolhimento compulsório, Open Market e Redesconto Bancário, que é utilizado através do BC que entra em ação nesses momentos em que são necessários para manter a inflação sob controle.

Atendendo ainda aos objetivos principais da pesquisa, os fatores que contribuíram para o aumento de preços nos períodos em que a inflação não se manteve estável, cada ano que teve adversidades essas foram divergentes. Em 2001, por exemplo, o país enfrentou uma avalanche de preços causado pelo racionamento de energia e volatilidade cambial que foi causada pela crise da Argentina. Em 2002 uma crise de confiança na evolução da economia brasileira e aversão ao risco no mercado internacional, com a depreciação cambial decorrente das incertezas do período eleitoral acabaram provocando uma elevação de preços, assim em 2003 ao ‘efeito do governo Lula’, que se dissipou gradativamente ao longo dos primeiros anos de mandato e assim voltou somente em 2015 com um descumprimento de meta.

Então pode-se perceber que os principais responsáveis por esses descumprimentos de metas e consequentemente, deflações e inflações são ações tomadas pelos governantes em relação ao comando de cumprimento de metas, sendo assim o aumento ou diminuição exagerada de preços de produtos e serviços. Seja por demanda, inflação de custos, balança de pagamentos, distribuição de renda ou afim. Pode-se assim enfatizar que as principais causas da inflação são os gastos públicos, custo de produção e a produção em baixa como energia elétrica e combustível, sendo os principais nesses períodos.

Sobre os objetivos da pesquisa que são: Analisar o principal indicador de inflação- IPCA dentro do período de 1999-2022 e o seu comportamento em relação à meta de cada ano.

Verificar quais foram as políticas econômicas de controle e combate à inflação, utilizadas no período do regime de metas. E por fim, Identificar os principais fatores que contribuíram para o aumento de preços no período onde a inflação não se manteve dentro do limite de tolerância. Pode-se observar que foram todos atendidos no decorrer desta pesquisa, como já citado nos parágrafos anteriores.

De uma forma geral conclui-se ainda que o RMI tem se mostrado um sistema eficaz, porém, o uso da taxa Selic como parâmetro para a estipular juros não é o ideal, pois inclui os preços administrados com muita oscilação ao longo do ano. Ainda assim, não se foi proposto uma crítica ao regime, de modo a ser um objetivo da pesquisa, por isso, ressalta-se que outras pesquisas possam implementar essa abordagem, tendo em vista ser um assunto importante a ser buscado e compreendido sobre a política monetária brasileira de forma geral. E que dessa forma, outras pesquisas possam contribuir com o desenvolvimento acadêmico, a fim de contribuir com discussões que possam aprimorar conhecimentos sobre o sistema financeiro e econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Fernando Amaral. **O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO: uma análise do caso brasileiro**, 2015. Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://bdm.unb.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **O que é inflação**. 2022. Acessado em maio 6, 2022, pelo URL <https://www.bcb.gov.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **O que é inflação**. Acessado em maio 6, 2022, pelo URL <https://www.bcb.gov.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **Plano Real**, 2022. Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://www.bcb.gov.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **Planos econômicos fracassaram em derrotar a superinflação até a chegada do Real**, 2019, Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://www.bcb.gov.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **Política Monetária no Brasil #3 - Regime de Metas para a Inflação**, 2021. Acessado em maio 9, 2022, pelo URL <https://www.youtube.com>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil - Banco Central**, 2016. Acessado em maio 9, 2022, pelo URL <https://www.bcb.gov.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL- BCB. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil**, 2022. Acessado em maio 9, 2022, pelo URL <https://www.bcb.gov.br>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta Aberta**, Brasília, p. 1, janeiro de 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta Aberta**, Brasília, p. 1, janeiro de 2002
- BARBOSA, GRAZIELLE VENCIONEK. **Metas de Inflação: Características e críticas teóricas**, Campos dos Goytacazes, p.33, 2017.
- BARDIN, 2011, p.15 *apud* MARSARO, FERNANDA; 2012.
- BELLIA, ROGÉRIA APARECIDA CAMARGO LIMA. **Material didático: falando de pesquisa**, Londrina, p. 16, 2008.
- COELHO, BEATRIZ. **Você sabe como fazer uma boa análise de dados para sua pesquisa científica?** 2017. Disponível em: <https://blog.mettzer.com> Acessado em: maio 23, 2022.
- DE AGUIAR, FERNANDO AMARAL. **O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO: uma análise do caso brasileiro**, 2015. Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://bdm.unb.br>
- FLEURY, MARIA TEREZA LEME. **Procedimentos técnicos de uma pesquisa**, 2020. Acessado em maio 06, 2022, pelo URL <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de. **Plano Verão**, 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação". **Plano Cruzado**, 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acessado em 23 mai. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação.". **Plano Bresser**. 2022, Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acessado em 24 maio 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV. **Políticas econômicas consistentes e a recuperação da economia**, 2020. Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://www.youtube.com>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV. **Políticas econômicas consistentes e a recuperação da economia**, 2020. Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://www.youtube.com>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- FGV. Fragelli Cardoso, Renato, 2022.

GIANBIAGI, Fábio. [Et al.]. **Economia Brasileira Contemporânea**, p. 117. São Paulo, 1945-2010.

GIANBIAGI, Fábio. [Et al.]. **Economia Brasileira Contemporânea**, p. 190. São Paulo, 1945-2010.

GONÇALVEZ, Skalart. 2021 *Aput* MOSSÉ, 1978, p. 105.

HENTGES, CARINA DA SILVA DE LIMA, [et, al], **Manual para publicação de trabalhos acadêmicos e científicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Uergs, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acessado em 24 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **"Inflação**, 2022. <https://www.ibge.gov.br>. Acessado em 9 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Inflação**, 2022.<https://www.ibge.gov.br>. Acessado em 9 maio 2022.

KOBORI; JOSÉ. **"Análise Fundamentalista"**, Rio de Janeiro, 2019, P. 5.

KOBORI; JOSÉ. **"Análise Fundamentalista"**, Rio de Janeiro, 2019, P. 6.

LOPEZ, João do Carmo, José Paschoal Rossetti. **Economia Monetária**. 9 Ed. São Paulo, 2005.

MARCONI & LAKATOS, 1996 *Aput* MAXWELL FERREIRA DE OLIVEIRA. **Análise de Dados de pesquisa**, p. 46, 2011.

MARIA TEREZA LEME FLEURY, [et. al.], **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**, 2017.

MENDES, CARLOS MAGNO. [et al.]. **Introdução à economia**, 3 ed. rev. amp. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília, 2015.

MOREIRA, MAXWEL RIBEIRO. "**Economia Brasileira Contemporânea - Canal CECIERJ - Cederj**." Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br>. Acessado em 23 maio 2022.

NHANTUMBO, EDMILSON CONCEIÇÃO, 2021 *Apud* VASCOLLES 2003, p. 336.

O ESTADÃO. **Histórico da inflação no Brasil: o que foi feito nas últimas décadas**, 2022. Acessado em maio 8, 2022, pelo URL <https://investidor.estadao.com.br>

SICSÚ, JOÃO. **Economia Monetária**, São Paulo, 2012, p. 34

SICSÚ, JOÃO. **Economia Monetária**, São Paulo, 2012, p. 37

SOMMA INVESTIMENTOS. **Índices de Inflação: o que são e quais os principais índices do Brasil?** 2021 Acessado em maio 6, 2022, pelo URL <https://www.sommainvestimentos.com.br>

TEIXEIRA, ENISE BARTH. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica importância e desafios em estudos organizacionais**, 2003.

THIAGO, FONTENELLE BOSSARD CORTAZIO CORRÊA. **O Combate à Hiperinflação e a Eficácia do Plano Real**, Rio de Janeiro, p. 38, 2014.

VILLA, MARCO ANTONIO. **História do Brasil: Principais Características do Governo Collor**, Acessado em maio 06, 2022, pelo URL <https://mundoeducacao.uol.com.br>